



Ata do
Comitê de Estabilidade Financeira — Comef

19 e 20 de agosto de 2025

**Ata da
62ª reunião
do COMEF**

19 e 20 de agosto



Data: 19 e 20 de agosto de 2025

Local: Sala de reuniões do 8º andar (19 e 20 de agosto) e do 21º andar (20 de agosto);
Edifício-Sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 1ª sessão: 19 de agosto: 14h00 às 18h00 e 20 de agosto: 9h30 às 10h30;
2ª sessão: 20 de agosto: 14h30 às 17h30

Presentes:

Membros do Comef
(Presidente e Diretores)

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente

Ailton de Aquino Santos
Fiscalização

Diogo Abry Guillen
Política Econômica

Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Regulação

Izabela Moreira Correa
*Relacionamento, Cidadania e Supervisão de
Conduta*

Nilton José Schneider David
Política Monetária

Paulo Picchetti
*Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos
Corporativos*

Rodrigo Alves Teixeira
Administração

Renato Dias de Brito Gomes
Organização do Sistema Financeiro e Resolução

**Participantes
responsáveis por
apresentações técnicas:**

André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Aristides Andrade Cavalcante Neto – *Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada*

Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Fernanda Martins Bandeira – *Assessora Plena do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*

Marcelo Antônio Thomaz de Aragão – *Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais*

Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*

Demais participantes:

Adalberto Felinto Cruz Júnior – *Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não-Bancárias*

Alexandre de Carvalho – *Chefe da Assessoria Econômica*

André de Oliveira Amante – *Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto*

André Luiz Caccavo Miguel – *Chefe-Adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Ângelo José Mont'Alverne Duarte – *Chefe de Gabinete do Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução*

Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*

Belline Santana – *Chefe do Departamento de Supervisão Bancária*

Carolina Pancotto Bohrer – *Chefe do Departamento de Organização do sistema Financeiro*

Climério Leite Pereira – *Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora*

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral do Banco Central*

**Ata da
62ª reunião
do COMEF**

19 e 20 de agosto



Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*
Eduardo Jose Araújo Lima – *Chefe de Gabinete da Diretoria de Política Econômica*
Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico*
Fabio Martins Trajano de Arruda – *Chefe- do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*
Juliana Mozachi Sandri – *Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta*
Júlio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Laura Soledad Cutruffo Camparini – *Chefe do Departamento Econômico, substituta*
Luis Guilherme Siciliano Pontes – *Chefe do Departamento de Reservas Internacionais*
Mardilson Fernandez Queiroz – *Chefe de Departamento de Regulação*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe-Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Eyer Harris – *Chefe de Gabinete da Diretoria de Regulação*
Ricardo Teixeira Leite Mourão – *Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro*
Rogério Antônio Lucca – *Secretário-Executivo*
Sérgio Mikio Koyama – *Chefe-Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Os membros do Comef analisaram a evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil e na economia internacional tendo em vista o objetivo de assegurar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

A) Mercados financeiros globais

1. O sistema financeiro internacional tem demonstrado resiliência. As expectativas em relação às trajetórias das políticas fiscal e monetária das economias avançadas permanecem como fatores relevantes. A definição ou o adiamento das tarifas comerciais contribuiu para diminuir a incerteza sobre os efeitos líquidos do reposicionamento comercial e reduzir a volatilidade a níveis historicamente baixos. Esse cenário favoreceu a recuperação dos mercados de dívida corporativa e de ações. No entanto, o descompasso entre o apetite por risco e a persistente incerteza relacionada às tensões geoeconômicas pode aumentar as vulnerabilidades financeiras e requer atenção.

2. Desde a reunião anterior do Comef, as condições financeiras globais tornaram-se mais favoráveis. Nas economias avançadas, o impulso do crédito continua convergindo para a neutralidade, com o ritmo de expansão se alinhando ao crescimento da atividade econômica. Os balanços dos bancos centrais e as reservas bancárias seguem em contração ordenada, embora a liquidez global siga abundante.

3. A maioria das jurisdições manteve inalterados seus *buffers* contracíclicos de capital. Muitas dessas jurisdições adotam a sistemática do *buffer* neutro positivo, que consiste na manutenção de um nível mínimo de capital adicional contracíclico mesmo em períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros.

B) Sistema Financeiro Nacional (SFN)

4. Os sinais de desaceleração do crédito tornaram-se mais evidentes, mas o ritmo de crescimento segue historicamente elevado. Essa desaceleração era esperada e está alinhada às condições financeiras mais restritivas e à moderação do crescimento da atividade econômica. No crédito às pessoas físicas, observa-se desaceleração em todas as modalidades, exceto no crédito não consignado. Para as pessoas jurídicas, o crescimento do crédito bancário desacelerou para empresas de todos os portes, exceto para as médias.

5. No mercado de capitais, as emissões de títulos privados desaceleraram, embora o ritmo de crescimento continue forte. Os fundos de crédito privado mantiveram captação líquida positiva. A combinação entre maior demanda por títulos de crédito privado e a redução na oferta desses instrumentos tem contribuído para manter os spreads em níveis reduzidos. Apesar disso, o mercado segue diferenciando o risco entre os emissores, e os testes de estresse indicam que o risco de liquidez nesses fundos permanece baixo.

6. As provisões no SFN mantiveram-se compatíveis com as estimativas de perdas esperadas. Com a entrada em vigor, a partir de janeiro de 2025, de dispositivos da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, observou-se um menor volume de baixas para prejuízo, o que resultou em uma mensuração de inadimplência com valores mais altos do que os anteriormente calculados. Mesmo desconsiderando os efeitos da mudança na dinâmica das baixas para prejuízo, nota-se um aumento dos ativos problemáticos no período mais recente. De forma agregada, o SFN continua apresentando nível de provisão alinhado com as estimativas de perdas esperadas calculadas segundo os modelos internos do Banco Central.

7. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. O sistema tem mantido capital e ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. O Comef segue atento à dinâmica das cadernetas de poupança e dos demais

instrumentos de captação para o crédito imobiliário. A rentabilidade do SFN continuou avançando, mas mostra sinais de arrefecimento em razão, principalmente, da menor contribuição do resultado de crédito e das receitas de serviço.

8. Os testes de estresse indicam que o sistema permanece resiliente. O sistema teria condições de absorver os impactos simulados nos testes de estresse macroeconômicos descritos no Relatório de Estabilidade Financeira. Em comparação com testes anteriores, houve redução da necessidade de capitalização e do número de IFs que apresentariam restrição para distribuir lucros, considerado o cenário de crise decorrente de quebra de confiança no regime fiscal, que apresenta o maior impacto.

C) Principais pontos de atenção

9. Mesmo em desaceleração, o crédito amplo mantém ritmo de crescimento historicamente elevado, em um ambiente marcado por taxa básica de juros contracionista e elevado endividamento de famílias e empresas. A materialização de risco para micro, pequenas e médias empresas tem aumentado e deve continuar pressionada no curto prazo. Quanto às famílias, as modalidades de maior risco continuam crescendo em ritmo superior ao das modalidades de menor risco, enquanto os ativos problemáticos estão em alta, principalmente no crédito rural. O endividamento das famílias permanece elevado, e o seu comprometimento de renda, além de elevado, segue em trajetória ascendente, impactado pelo nível das taxas de juros e pelo ganho de participação de modalidades mais caras. Embora em desaceleração pelo segundo trimestre consecutivo, o mercado de capitais segue crescendo em ritmo significativamente superior ao do crédito bancário. Na visão do Comitê, esse cenário requer cautela e diligência adicionais no mercado de crédito.

10. O cenário global prospectivo ainda apresenta riscos que podem levar à materialização de cenários de reprecificação de ativos financeiros globais. As incertezas acerca do reposicionamento das políticas comerciais, dos eventos geopolíticos e de seus impactos sobre os ritmos da atividade e da inflação permanecem em níveis historicamente elevados. Somam-se a essas incertezas, aquelas relacionadas aos níveis de equilíbrio das taxas de juros no longo prazo e à sustentabilidade fiscal de economias centrais.

11. Ao tempo em que reafirma a relevância dos processos de digitalização e de inovação para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional e o fortalecimento da inclusão financeira, o Comitê identifica um aumento dos riscos tecnológicos, com destaque para a crescente complexidade dos ataques cibernéticos, que têm explorado vulnerabilidades operacionais e tecnológicas. O Comef reforça a necessidade de que as entidades supervisionadas aprimorem continuamente seus sistemas de gerenciamento integrado de riscos, contemplando o adequado tratamento do risco tecnológico – o que inclui processos robustos de resposta a incidentes cibernéticos. Merecem especial atenção a crescente dependência de serviços prestados por terceiros e o uso disseminado de APIs, em muitos casos sem a devida avaliação periódica dos riscos e sem monitoramento operacional adequado, o que torna a gestão de riscos mais desafiadora. O Comitê enfatiza a importância do desenvolvimento de ecossistemas resilientes, com mecanismos dedicados à gestão de incidentes, crises e prevenção a fraudes, considerando os requisitos operacionais específicos.

12. O Comitê está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. O Comitê segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal, que reduzam os prêmios de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.

D) Decisão de política macroprudencial

13. O Comef decidiu que, dadas as condições atuais e as expectativas quanto ao cenário econômico, o ACCP_{Brasil} continuará em 0%. O Comitê avalia que a política macroprudencial neutra segue adequada ao atual momento. A decisão considerou as condições financeiras, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito.

14. O Comitê prossegue em seu estudo sobre a sistemática de estabelecer um valor positivo para o ACCP_{Brasil} aplicável a períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros, ou *buffer* positivo neutro. Nas últimas reuniões, o Comef vinha estudando com maior profundidade a experiência internacional com o uso do instrumento. Nesta reunião, o Comitê deu início à avaliação de metodologias de calibragem e dos impactos simulados da adoção da referida sistemática no âmbito nacional, etapa imprescindível para subsidiar a deliberação quanto à sua eventual implementação.

